

# Poder e violência como ação estratégica\*

Antonio Carlos Freddo\*\*

Sumário: 1. Hannah Arendt: poder e violência na esfera pública; 2. Habermas: as condições do poder — ação comunicativa e ação estratégica; 3. Conclusão.

Palavras-chave: poder; violência; ação estratégica; ação comunicativa; Hannah Arendt; Jürgen Habermas.

Interpretação do exercício de poder na organização empresarial moderna como uma possível ação estratégica, que demonstre a manipulação inconsciente dos sujeitos envolvidos.

## Power and violence as a strategic action

This text tries to analyze the work of Hannah Arendt on violence in accordance with the proposition of Habermas in this Hannah Arendt: on the Concept of Power. The intention is an interpretation of power and its exercise in modern organization as a possible form of strategic action, not only in the Habermasian view of this concept, but in one that demonstrates that what is manipulated is not only the subjects action but also the unconscious.

## 1. Hannah Arendt: poder e violência na esfera pública

Em *On Violence*, H. Arendt aborda “reflexões” causadas pelos eventos e debates dos “últimos anos”, anos que se tornaram, segundo ela, aquilo que Lenin preconizou, isto é, um século de guerras e revoluções, um período marcado pela violência.

Tais reflexões provavelmente foram escritas no segundo semestre de 1969 e originariamente publicadas em inglês em 1970. Arendt apresenta, nesse texto, aquilo que para ela reflete a “violência” na sociedade. Aborda, como exemplos, a Guerra do Vietnã, a rebelião estudantil de 1968 em Paris, a crise estudantil na Alemanha, a corrida armamentista entre os EUA e a hoje extinta URSS. Para ela, “o desenvolvimento técnico dos implementos da violência atingiu agora o ponto onde nenhum objetivo político poderia provavelmente corresponder a seu potencial destrutivo ou justificar seu uso atual em conflitos armados” (Arendt, s.d.:105), sendo seu objetivo racional a inibição de seu uso e não a vitória. Para a autora, a violência, distinta do poder e da força,<sup>1</sup> precisa sempre de implementos.

\* Artigo recebido em fev. e aceito em ago. 1994.

\*\* Professor adjunto do Departamento de Ciências Econômicas e Administração da Universidade São Francisco. Mestre em Administração pela PUC/SP. Doutorando em sociologia pela USP.

---

<sup>1</sup> Aqui a edição original fala de *force* e *strength*, dois conceitos diferentes, da mesma maneira que a tradução alemã, que se utiliza dos termos *Kraft* e *Stärke*.

Assim, a revolução da tecnologia, uma revolução na fabricação de ferramentas, foi especialmente distinta em situações de guerra.

“A própria substância da ação violenta é regida pela categoria meios-fins, cuja característica marcante, se aplicada aos assuntos humanos, tem sido sempre que o fim está em perigo de ser sobrepujado pelos meios que ele justifica e que são necessários para alcançá-lo. Uma vez que o fim da ação humana, distinto do fim ‘produtos da fabricação’, não pode nunca ser previsto confiavelmente, os meios utilizados para alcançar objetivos políticos são mais do que nunca de maior relevância para o mundo futuro que os objetivos pretendidos” (Arendt, s.d.:106).

Arendt demonstra que a violência é uma manifestação política, que ela se dá na esfera política, seja expressa por uma rebelião estudantil ou pela fabricação de armamentos nucleares. Para a autora, “os homens podem ser ‘manipulados’ através da coerção física, da tortura ou da fome, e suas opiniões podem ser arbitrariamente formadas pela desinformação deliberada e organizada, mas não através de *hidden persuaders*, televisão, anúncios, ou outros meios psicológicos, em uma sociedade livre” (s.d.:130); assim, na violência, estaria embutido o uso da força. Hannah Arendt declara, ainda, desejar “levantar a questão da violência na esfera política”. Para ela existe um “consenso” de “que a violência nada mais é que a mais flagrante manifestação de poder” (s.d.:134). Arendt pergunta se o desaparecimento da violência no relacionamento entre os Estados não significaria o fim do poder. E diz em seguida que a resposta depende do que entendemos por poder. E o poder, afirma ela, é, por sua vez, um instrumento de governo, enquanto o governo deve sua existência ao instinto de dominação. Diz-nos Arendt que, para Voltaire, o “poder consiste em fazer outros agirem como eu quero”. Já para Weber, poder é “assegurar minha própria vontade contra a resistência”, o que, segundo Arendt, “nos lembra a definição de Clausewitz para a guerra: um ‘ato de violência para forçar o oponente a fazer o que nós desejamos’” (s.d.:135). Violência seria, assim, a mais flagrante manifestação de poder. Para Arendt, deveria ser considerado também o que ela chama de “a mais formidável forma de (...) dominação: a burocracia” (s.d.:137), onde “a forma extrema de poder é expressa pelo Todos contra Um; a forma extrema de violência é o Um contra Todos. E este caso nunca é possível sem instrumentos” (s.d.:141).

Para Arendt, poder, força, autoridade e violência nada mais são que termos que indicam os meios pelos quais o homem governa o homem. Nesse sentido ela faz algumas distinções.

*Poder* corresponderia à habilidade não apenas de agir, mas de agir em conjunto. O poder nunca é propriedade de um indivíduo, mas pertence a um grupo e assim permanece enquanto o grupo continuar unido.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> A edição alemã diz que o poder corresponde à capacidade humana não apenas de agir ou fazer algo, mas de unir-se a outros e agir em concordância com eles. Hannah Arendt mantém, aqui, seu conceito de poder, isto é, “poder é sempre, como diríamos hoje, um potencial de poder, não uma entidade imutável, mensurável e confiável como a força. Enquanto a força é qualidade natural de um indivíduo isolado, o poder passa a existir entre os homens quando eles agem juntos e desaparece no instante em que eles se dispersam” (Arendt, 1981:212).

*Força*<sup>3</sup> designa algo no singular, uma entidade individual. É a propriedade inerente a um objeto ou pessoa e pertence a seu caráter, que pode ser provado em relação a outras coisas ou pessoas, mas é essencialmente independente delas. Diz Arendt que “a força, mesmo do indivíduo mais forte, pode sempre ser sobrepujada pelos outros, que se unirão para a única finalidade de derrubar a força, precisamente por causa de sua peculiar independência. A quase instintiva hostilidade dos ‘muitos’ contra o ‘um’ tem sempre sido, desde Platão a Nietzsche, relacionada ao ressentimento, à inveja do fraco pelo forte, mas esta interpretação psicológica ‘perde o ponto’. É natural que um grupo e seu poder se voltem contra a independência, a propriedade da força individual” (s.d.:143).

O segundo conceito de *força*<sup>4</sup> é, para Arendt, utilizado no dia-a-dia como sinônimo de violência, especialmente se a violência serve como meio de coerção. Para ela, o conceito deveria ser reservado para “forças da natureza” ou “força das circunstâncias”, isto é, para indicar a energia liberada pelos movimentos físicos ou sociais.<sup>5</sup>

Já *autoridade*, relacionado ao mais evasivo desses fenômenos, sendo portanto o termo usado de modo mais abusivo, pode aplicar-se a pessoas — existe autoridade pessoal nas relações entre pais e filhos ou entre professor e aluno — ou a instituições, como o Senado Romano, ou a repartições hierárquicas da Igreja. Diz Arendt que o que distingue a autoridade é o inquestionável reconhecimento daqueles cuja obediência é solicitada. Segundo ela, “a autoridade requer respeito pela pessoa ou instituição, e seu maior inimigo é o desdém, e o meio mais seguro de enfraquecê-la é o riso” (s.d.:144).

E, finalmente, acerca do conceito de violência, diz-nos Arendt que esta se distingue por seu caráter instrumental, pois “fenomenologicamente está mais próxima da força [*strength*], já que os implementos da violência, como todos os outros instrumentos, são planejados e usados com o propósito de multiplicar a força [*strength*] natural até que, no último estágio de seu desenvolvimento, eles possam substituí-la” (s.d.:145).

Diz Arendt que tudo depende do poder que há por trás da violência e que nunca houve um governo baseado exclusivamente nos meios da violência. Dá a autora a entender que não há como reverter a “fundamental ascendência do poder sobre a violência”, e que nem mesmo um governo totalitário o conseguiria, já que necessitaria de uma base de poder. Diz ela que “mesmo a mais despótica dominação que conhecemos, o governo do senhor sobre os escravos, que sempre excedeu em número, não se apóia em meios superiores de coerção como tal, mas

---

<sup>3</sup> No original inglês, *strength*; na tradução alemã, *Stärke*. Ambos os termos significando o estado ou a qualidade de ser forte.

<sup>4</sup> *Force*, no original, e *Kraft*, na tradução alemã, designam o exercício do poder para causar, numa pessoa ou coisa, uma ação, um movimento ou um acordo contra sua vontade, e podem referir-se também à força física.

<sup>5</sup> A tradução alemã diz que o termo *Kraft* é utilizado mais frequentemente como sinônimo de força (*Stärke*).

numa organização superior de poder — isto é, na solidariedade organizada dos senhores. Nenhum homem, sem o apoio de outros, tem poder suficiente para usar a violência com êxito” (s.d.:149-50). Assim, para Arendt, “a violência é, por natureza, instrumental; como todos os meios, precisa sempre ser orientado e justificado pelo fim a que visa”. E, diz ela, “o que precisa ser justificado por outra coisa qualquer não pode ser a essência de coisa alguma”. O poder, “longe de ser um meio para um fim, é a própria condição que permite a um grupo de pessoas pensar e agir em termos de categoria meio-fim” (s.d.:150). Para Arendt, o poder não precisa de justificação, sendo inerente à própria existência das comunidades políticas, necessitando, isto sim, legitimidade. Para ela, o poder surge toda vez que as pessoas se unem e agem em conjunto.

Mas a legitimidade do poder deriva da reunião inicial, tanto quanto de qualquer ação que possa originar-se daí. A violência, por outro lado, pode ser justificável, mas nunca será legítima, e sua justificação perde em plausibilidade quanto mais seu fim pretendido retrocede no futuro. O poder e a violência geralmente aparecem juntos. Mas o poder é o fator primário e preponderante, e a conjunção de violência e poder surge quando o governo se manifesta como a dominação do homem sobre o homem por meio da violência. Para Arendt, a “violência, deve-se lembrar, não depende de números ou opiniões, mas de implementos, e os implementos da violência (...), como todos os outros instrumentos, aumentam e multiplicam a força humana”. E o “governo pela pura violência surge quando o poder está sendo perdido” (s.d.:152). Diz Arendt que a principal diferença entre dominação totalitária, baseada no terror,<sup>6</sup> e tiranias e ditaduras, estabelecidas pela violência, é que a primeira se volta não apenas contra seus inimigos mas, também contra seus amigos, e aqueles que a apóiam têm medo de todo poder, mesmo do poder de seus amigos.

Arendt nos diz, ainda, que “politicamente falando, não é suficiente dizer que poder e violência não são a mesma coisa. Poder e violência são opostos. Onde um governa absoluto, o outro está ausente. A violência aparece quando o poder está em perigo, mas entregue à sua própria sorte, ela termina com o desaparecimento do poder. Logo, é errado pensar que o oposto da violência é a não-violência. Falar de poder não-violento é redundância. A violência pode destruir o poder, mas é completamente incapaz de criá-lo” (s.d.:155).

Portanto, segundo Arendt, “violência, sendo instrumental por natureza, é racional na medida que é eficaz para alcançar o fim que deve justificá-la. E como, quando agimos, nunca sabemos com certeza as eventuais conseqüências do que estamos fazendo, a violência só pode permanecer racional quando visa a objetivos de curto prazo. A violência não promove causas, nem história ou revolução, nem progresso ou reação, mas pode servir para dramatizar os sentimentos e atrair-lhes a atenção pública (...) Além do mais, o perigo da violência, mesmo

---

<sup>6</sup> Para Arendt, esta se expressa na forma de governo que surge quando a violência, tendo destruído todo o poder, não apenas não abdica, como mantém o pleno controle.

quando ela se move conscientemente dentro de um referencial não-extremista de objetivos de curto prazo, será sempre que os meios sobrepujam o fim. Se os objetivos não forem alcançados rapidamente, o resultado não será meramente a derrota, mas a introdução da prática da violência em todo o corpo político. A ação é irreversível, e um retorno ao *status quo* no caso de derrota é sempre improvável. A prática da violência, como toda ação, muda o mundo, mas a mudança mais provável é para um mundo mais violento”.

Finalmente, diz-nos a autora, “voltando à denúncia de Sorel e Pareto, acerca do sistema, quanto maior for a burocratização da vida pública, maior será a atração da violência. Em uma burocracia totalmente desenvolvida, não há ninguém com quem se possa argumentar, a quem se possa reclamar, sobre quem se possa exercer as pressões do poder”. Para ela, a burocracia “é a forma de governo na qual todos estão privados da liberdade política, do poder de agir; porque o governo por Ninguém não é um não-governo, e onde todos são igualmente desprovidos de poder, temos uma tirania sem um tirano” (s.d.:176-8).

## 2. Habermas: as condições do poder — ação comunicativa e ação estratégica

Podemos, segundo Habermas, partir de dois enfoques acerca do conceito de *poder*. O primeiro enfoque seria o teleológico. O segundo, comunicativo. Para ele, o enfoque de Weber, que definiu o poder como a possibilidade de alguém impor a sua vontade ao comportamento alheio, diria respeito ao enfoque teleológico. Já Arendt, segundo Habermas (1980:100), “ao contrário, concebe o poder como a faculdade de alcançar um acordo quanto à ação comum, no contexto da comunicação livre de violência [*zwangloser; uncoerced*]”. Habermas refere-se aqui ao texto *On Violence*, de Arendt. Para ele, “Max Weber parte do modelo teleológico da ação: um sujeito individual (ou grupo, que pode ser considerado como um indivíduo) se propõe um objetivo e escolhe os meios apropriados para realizá-lo. O sucesso da ação consiste em provocar no mundo um estado de coisas que corresponda ao objetivo proposto. Na medida em que tal sucesso depende do comportamento de outro sujeito, deve o ator ter a sua disposição meios que induzem no outro o comportamento desejado. É essa capacidade de disposição sobre meios que permitem influenciar a vontade de outrem que Max Weber chama de *poder*”.

Segundo Habermas, este seria o conceito de *violência* para Arendt. Portanto, ambos os conceitos designariam a mesma coisa, pois, para ele, “o sujeito de ações instrumentais, interessado exclusivamente no êxito de sua ação, deve dispor de meios graças aos quais pode forçar um sujeito com capacidade decisória, seja pela ameaça de sanções, seja pela persuasão, seja por uma manipulação hábil das alternativas de ação” (1980:100-1).

Este seria, assim, o próprio conceito de poder para Weber (1984:43): “*poder* significa a probabilidade de impor a própria vontade, dentro de uma relação social, ainda que contra toda resistência e qualquer que seja o fundamento dessa

possibilidade”, quer dizer, é a “possibilidade de impor a própria vontade sobre a conduta alheia”. Diz Habermas (1980:101) que o “modelo teleológico da ação, entretanto, apenas considera atores orientados para o próprio sucesso e não para o entendimento mútuo. Somente admite processos de entendimentos mútuos na medida em que os participantes os vêem como funcionalmente necessários ao próprio sucesso”. E mais: “tal entendimento, buscado de forma unilateral sob a reserva da instrumentalização para o êxito, não pode ser levado a sério: não preenche as condições de um consenso alcançado de forma não-coercitiva”.

Segundo o autor, Arendt parte do modelo comunicativo de ação, já que para ela “o poder resulta da capacidade humana não somente de agir ou fazer algo, como de unir-se a outros e atuar em concordância com eles” (Habermas, 1980:101).<sup>7</sup> Entretanto, em Arendt, somente é possível considerar a esfera da ação como “lingüística” ou “comunicativa” se se levar em conta *A condição humana* (escrita em 1958), mais especificamente o capítulo 5, que trata da ação.

No texto *On Violence*, não podemos chegar, numa primeira leitura, à conclusão de que o conceito arendtiano de violência seja semelhante ou igual ao conceito de Weber referente a poder. E, menos ainda, que seu conceito de poder seja um conceito comunicativo, como diz Habermas. Isso só é possível se levarmos em consideração que, quando Arendt fala de ação, ela nos fala de um processo comunicativo, isto é, “a ação que [o homem] inicia é humanamente revelada através de palavras; e, embora o ato não possa ser percebido em sua manifestação física bruta, sem acompanhamento verbal, só se torna relevante através da palavra falada na qual o autor se identifica, anuncia o que fez, faz e pretende fazer”.

Diz ela, ainda, que “nenhuma outra atividade humana precisa tanto do discurso quanto a ação” (Arendt, 1981:191-2).

Sem o conhecimento prévio da obra de Arendt não é possível concluir que, como diz Habermas, a proposta comunicativa deve ser *zwanglos*, isto é, livre de coerção.<sup>8</sup> Assim, para Arendt (1981:211-2), “o espaço da aparência passa a existir”.

---

<sup>7</sup> A tradução americana diz que o “poder corresponde à habilidade não apenas de agir, mas de agir em conjunto”. Já o original alemão diz que o “poder corresponde à habilidade humana não apenas de agir ou de fazer algo, mas de unir-se a outros e agir em concordância com eles”.

<sup>8</sup> Aqui a tradução para o português gera dúvidas quanto ao emprego do termo *Zwang*, que significa coerção, violência; o tradutor para o inglês optou, possivelmente para não confundir com o termo *violence*, pelos termos *coercion* e *compulsion*, este último significando violência ou coerção. Os tradutores para o português utilizaram o termo *compulsão*, num sentido que gera dúvidas. A frase é a seguinte: “A única alternativa à *compulsão* é o entendimento voluntário dos participantes entre si”. Ao final do parágrafo o texto diz: “Mas tal entendimento (...) não preenche as condições de um consenso alcançado de forma não-coercitiva”. O texto original em alemão diz: “*Einzig Alternative zum Zwang ist freiwillige Verständigung der beteiligten Subjekte untereinander*”. O final do parágrafo diz: “*Aber eine solche Verständigung (...): sie erfüllt nicht die Bedingungen eines zwanglos herbeiführten Konsenses*”. Já na tradução para o inglês, o texto aparece da seguinte forma: “*The single alternative to coercion is the voluntary agreement of the participating subjects*”. E o parágrafo final, “*However, this sort of agreement (...): it does not fulfill the conditions for a consensus arrived at without compulsion*”.

tir sempre que os homens se reúnem na modalidade do discurso e da ação”. Nesse mesmo sentido, diz ela, “é o poder que mantém a existência da esfera pública, o espaço potencial da aparência entre os homens que agem e falam”. Entretanto, essa conceituação do poder como o mantenedor da esfera pública, o espaço potencial da aparência, como ela diz, onde o homem *aparece* para si mesmo e para os outros como é, ou seja, revela-se em seu ato, faz-nos supor que sua ausência revela a violência e que esta poderia ser interpretada como a negação daquele espaço potencial da aparência, isto é, o homem seria proibido de aparecer. No poder, o homem é fim; na violência, o homem é o meio. Desse modo, considerar que a violência se manifesta na esfera política e, logo, como dominação política, como faz Arendt em *On Violence*, deixa de início duas dúvidas.

Tomando o exemplo das manifestações estudantis, citadas por Arendt, o que seria “violência”? A própria manifestação, que se apresentaria como uma forma de protesto de um grupo organizado (os estudantes, que assim podem ser vistos como um corpo político) contra as instituições estabelecidas e a universidade (outros corpos políticos), ou a ação da força (no sentido amplo do termo, isto é, *force*, que comporta o outro conceito de força, *strength*) policial (outra instituição política), à qual podemos atribuir uma capacidade de ação instrumental que não revela o agente no ato (mas, talvez, revele a instituição, a organização burocrática, o Um contra Todos, o impessoal contra o pessoal), e na qual o sujeito apenas atinge um fim (no caso a extinção do movimento estudantil)? O conceito de violência também não fica claro no exemplo da corrida armamentista. Onde se expressa, aqui, a violência? Na própria existência da bomba ou em seu uso?

Por outro lado, se considerarmos que a violência designa as ações instrumentais de um sujeito que está interessado exclusivamente no êxito de sua ação e que, portanto, deve ter meios de subjugar outro sujeito que tem capacidade decisória, seja através de sanções, seja pela persuasão, seja por uma manipulação hábil de alternativas de ação, então poderemos fazer algumas considerações.

Esse conceito de violência, apresentado por Habermas, não fica claro na leitura de *On Violence*. Ele seria, como foi dito anteriormente, o modelo teológico da ação, semelhante ao conceito de poder formulado por Weber. Mas tal conceito estaria condizente com a manipulação de uma vontade alheia para os próprios fins e consideraria o homem como um meio. Seria portanto, contrapondo-se ao conceito arendtiano de poder, este sim, comunicativamente formado, um processo manipulatório, que para ser bem-sucedido deve eliminar o sujeito do espaço da aparência. Como a violência não tem êxito sempre, nem sozinha, pois seria então uma tirania, tanto o sujeito como o espaço da aparência devem ser mantidos, mesmo que apenas “aparentemente”. Desse modo teríamos ainda ação e discurso, mas não ação, na esfera comunicativa, nem discurso, na esfera do entendimento recíproco. Teríamos, isto sim, uma ação na esfera das ações instrumentais, a ação estratégica, e um discurso na esfera da retórica, da ilusão e do consentimento, o discurso vazio de meras aparências.

Como diz Habermas (1980:102-3), “mesmo a manipulação bem-sucedida deve levar em conta as exigências da racionalidade. Somos convencidos pela verdade de uma proposição, pela adequacidade de uma norma e pela veracidade de um enunciado; a autenticidade de nossa convicção depende da consciência de que essas exigências de validade são reconhecidas racionalmente, ou seja, são motivadas. As convicções são manipuladas, mas não a exigência de racionalidade da qual elas derivam a sua força subjetiva”. E mais: “o poder (comunicativamente produzido) das convicções comuns origina-se do fato de que os participantes orientam-se para o entendimento recíproco e não para o seu próprio sucesso. Não utilizam a linguagem ‘perlocutoriamente’ [*perlokutiv; perlocutionary*], isto é, visando instigar outros sujeitos para um comportamento desejado, mas ‘illocutoriamente’, isto é, com vistas ao estabelecimento não-coercitivo [*zur gewaltlosen; free from violence*] de relações intersubjetivas”.

Entretanto, considerando o que diz Habermas, é possível entender o conceito de violência de Arendt como uma ação estratégica, cuja finalidade última seria induzir um sujeito a uma ação desejada, num *aparente* espaço da aparência, onde apenas *aparentemente* o sujeito estaria se dando a conhecer e onde a possibilidade de poder é *aparentemente* mantida. Assim, vemos que o discurso da ação estratégica expõe proposições falsas, normas inadequadas e enunciados inverídicos. Toma-se a ilusão como pressuposto de ação e discurso e, nesse caso, a mentira proposta será a própria violência. Induzir um sujeito com capacidade decisória a uma ação desejada por outro sujeito nada mais é que impedir esse sujeito de defender seus próprios interesses através da ação e do discurso legitimamente formados, isto é, *zwanglos*, livre de coerção. Por isso, na violência exercida através da ação estratégica, para haver a caracterização da mentira, o sujeito da ação estratégica deve levar em conta quatro aspectos: consciência do que é certo; consciência do caráter incerto daquilo que diz; intenção de enganar (ou de que o incerto seja tomado pelo certo); e intenção de ser considerado veraz. Mantêm-se, desse modo, as exigências de racionalidade que vão manipular as convicções do sujeito sobre o qual se atua. Aparentemente, mantêm-se também a esfera da ação comunicativa.

### 3. Conclusão

Considerando que a violência exercida por meio da ação estratégica refere-se à capacidade de impedir outros indivíduos (ou grupos) de defenderem os seus próprios interesses, como diz Habermas, vê-se que o tema “violência” é de relevante atualidade. Arendt formula um conceito de violência que podemos aplicar a casos limites, como o uso da mera força (física, *strength*), como num assalto a mão armada, em que estariam suprimidas todas as condições conducentes ao entendimento recíproco num processo comunicativo livre de coerção, e que se caracterizaria, portanto, como a vigência do terror. Este seria um dos casos limi-



tes em que estariam suprimidas todas as possibilidades de ação e discurso. Do mesmo modo, considerando a noção de Arendt de “constituição formal da esfera pública”, a ação governamental na vida da sociedade também poderia ser colocada em termos de violência, já que suprime a formação discursiva do poder.

Se considerarmos, como diz ela, que o poder passa a existir entre os homens quando eles agem juntos e desaparece no instante em que eles se dispersam, e se considerarmos que tal conceito de poder é discursivo, formado na ação e no discurso, orientado para a formação de uma vontade comum, num processo comunicativo não-coercitivo, e que, como também afirma Arendt, é esse poder que mantém a existência da esfera pública, o espaço potencial da aparência entre homens que agem e falam, então a violência pode facilmente sobrepujá-lo, já que ela é instrumental e necessita apenas de instrumentos para realizar seu intento. E os implementos estão nas mãos daqueles que desejam usá-lo. E eles efetivamente os usam, já que a violência, para citarmos Habermas novamente, nada mais é que a faculdade de dispor dos recursos e meios de coerção graças aos quais uma liderança política toma decisões obrigatórias e as executa, a fim de realizar objetivos coletivos.

Podemos, agora, dar uma nova definição. Violência significaria a capacidade de dispor dos recursos e meios de coação graças aos quais uma liderança política toma decisões necessárias e as executa, a fim de realizar objetivos *supostamente*, *aparentemente*, coletivos. É deste modo que podemos analisar as últimas decisões do governo, que “aparentemente” envolvem objetivos coletivos.<sup>9</sup> Resta-nos uma pergunta, “coletivos” para quem?

Partimos da possibilidade de trazer a concepção arendtiana de violência para qualquer ponto da esfera pública. Interessa-nos, em particular, a possibilidade de trazê-la às organizações, que podem ser analisadas como sistemas políticos, pois nelas existe um jogo de interesses, existem conflitos, existe uma disputa pelo poder, existe uma relação entre a cultura e a vida organizacional e a forma como as regras são apresentadas e impostas. Podemos ver as organizações como um dos casos mais interessantes da sociedade moderna. Elas reproduzem a esfera política e cultural da sociedade. Comportam-se como corpos políticos, como espaços onde os homens se mostram uns aos outros e se mostram como são. Mas esse espaço de aparência é apenas “aparente”, pois a organização, como imitação do político, tem implementos à sua disposição para garantir sua atuação, que se caracteriza como um processo de violência. A organização atua estrategicamente, no sentido de que os homens não podem ser o que são, mas devem ser o que ela quer que sejam. Nesse caso, agir estrategicamente significa violência. E essa violência tem a característica de ser a *aparente possibilidade de poder*. Essa violência não existe sozinha e não sobrevive sem o poder comunicativamente estabelecido, já que a organização não é uma senzala, seus executivos não são senhores de escri-

---

<sup>9</sup> Por exemplo, o IPMF, a volta do Fusca e a questão dos medicamentos.

vos e seus funcionários não são escravos. Mas apenas em termos. São escravos, isto sim, da esfera política e cultural da organização, já que a violência impõe limites através de implementos adequados, de coação, de manipulação, de dominação. Assim, na organização, o poder comunicativamente formado existe apenas aparentemente e simula o entendimento mútuo. Ilude o agente para que ele veja no êxito de sua atuação a possibilidade de entendimento. A violência leva o agente a confundir o poder comunicativamente formado com o potencial de êxito através da ação estratégica. Esta é, talvez, a maior violência que se exerce sobre o indivíduo, já que as exigências de racionalidade do processo comunicativo formador de convicções se mantêm através de um processo distorcido de comunicação, isto é, na violência o agente ilude, engana, mente.

Se considerarmos as duas dimensões existentes na organização, o simbólico e o real, relacionando o simbólico com a manifestação das esferas política e cultural da organização, e o real com a estrutura em que ocorrem tais manifestações, poderemos aceitar que a estrutura da organização é capaz de bloquear os processos comunicativos dotados de eficácia legitimadora, iludindo o sujeito acerca de si mesmo e de sua efetiva posição na realidade. A violência na organização constituir-se-ia assim na supressão ou no bloqueio das condições que levariam ao processo comunicativo livre de coerção. A ilusão do poder seria o caso mais flagrante de violência, já que estariam suspensas as condições legitimadoras das convicções comuns, havendo apenas a necessidade de justificativas, e estas não legitimam coisa alguma. Desse modo, na violência, o agente, ao agir, deve ter em conta as quatro proposições citadas anteriormente; a consciência do que é certo; a consciência do caráter incerto daquilo que diz; a intenção de enganar (ou de que o incerto seja tomado pelo certo); e a intenção de ser considerado veraz, já que somente assim a violência sobrepor-se-ia ao poder, mantendo-se como ilusória possibilidade de poder. Iludido, o sujeito veria possibilidade de poder onde só existe violência.

## Referências bibliográficas

Arendt, Hannah. On violence. In: \_\_\_\_\_. *Crises of the republic*. New York, Harvart/Harcourt Brace, s.d.

———. *A condição humana*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária; Rio de Janeiro, Salamandra; São Paulo, Edusp, 1981.

Habermas, Jürgen. Hannah Arendts Begriff der Macht. *Philosophisch-politische profile*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1991.

———. Hannah Arendts Begriff der Macht. *Merkur*, 10(341), Stuttgart, okt., 1976.

———. O conceito de poder de Hannah Arendt. In: Rouanet, S.P. & Freitag, B. (orgs.). *Habermas*. São Paulo, Ática, 1980 (Coleção Grandes Cientistas Sociais; 15).

———. Hannah Arendt: on the concept of power. In: Habermas, Jürgen. *Philosophical-political profiles*. Cambridge, Mass., MIT Press, 1990.

Weber, Max. *Economía y sociedad: esbozo de sociología comprensiva*. 2 ed. México, Fondo de Cultura Económica, 1984.